UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇAO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES

SIDINEIA SANHÁ

DO PROTAGONISMO À INVISIBILIDADE: MULHERES NA POLÍTICA ENTRE LUTA ARMADA E AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES MULTIPARTIDÁRIAS EM GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE DE 1991-1994

SÃO FRANCISCO DO CONDE
2026

SIDINEIA SANHÁ

DO PROTAGONISMO À INVISIBILIDADE: MULHERES NA POLÍTICA ENTRE LUTA ARMADA E AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES MULTIPARTIDÁRIAS EM GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE DE 1991-1994

Projeto de Pesquisa apresentada ao Instituto de Humanidades e Letras dos Males, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a aprovação do componente de Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), do curso de Bacharelado em Humanidades.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Carla Benitez Martins.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2026

SIDINEIA SANHÁ

DO PROTAGONISMO À INVISIBILIDADE: MULHERES NA POLÍTICA ENTRE LUTA ARMADA E AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES MULTIPARTIDÁRIAS EM GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE DE 1991-1994

Projeto de Pesquisa apresentada ao Instituto de Humanidades e Letras dos Males, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a aprovação do componente de Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), do curso de Bacharelado em Humanidades.

Aprovado em: 23/06/2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Carla Benitez Martins (Orientadora)
Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-Brasileiro (UNILAB)

Prof.ª Dr.ª Caterina Alessandra Rea
Universidade da Integração internacional da Lusofonia Afro-Brasileiro (UNILAB)

Prof. M.e Nicandro Oquete Indi
Universidade Católica do Salvador (UCSAL)

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	5
2	**PROBLEMA DA PESQUISA**	6
3	**JUSTIFICATIVA**	6
4	**OBJETIVOS**	8
4.1	OBJETIVO GERAL	8
4.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	8
5	**REFERENCIAL TEÓRICO**	8
5.1	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE	12
5.2	PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ BISSAU E CABO VERDE	15
5.3	PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ESTRUTURAS PARTIDÁRIAS E NOS PROCESSOS ELEITORAIS DE 1991-1994	19
6	**METODOLOGIA**	24
7	**CRONOGRAMA**	25
	REFERÊNCIAS	26

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa é parte de trabalho que será desenvolvido no curso de licenciatura em Ciências Sociais na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira. O intuito da pesquisa é analisar o processo de invisibilizacão política das mulheres que tiveram protagonismo na luta de libertação nacional, buscando compreender as contradições entre o protagonismo feminino no período da descolonização e sua limitada representação política.

Ao longo do processo da descolonização do continente africano, especialmente na Guiné-Bissau e Cabo Verde as mulheres desempenharam papel preponderante na luta pela independência dos dois países e as suas participações foram essências para a libertação desses territórios ocupados pelos invasores portugueses, apesar da invisibilização histórica, e historiográfica, muitas mulheres destacaram-se como anónimas, como combatentes e intelectuais na resistência à opressão colonial portuguesa. Neste processo da descolonização, mulheres como Ernestina Sila (Titina Sila), Carmen Perreira, Teodora Inácia Gomes, Maria da Luz Freire Andrade (Lilica Boal), Josefina Chantre, Dulce Almada e entre outras participaram de forma ativa na luta de libertação, no entanto foram invisibilizadas na histografia

A Participação das mulheres nas primeiras eleições multipartidárias realizadas na Guiné-Bissau-Bissau e Cabo Verde não incorporou pautas de igualdade historicamente defendida pelo PAIGC. Pelo contrário, refletiu numa exclusão das mulheres nas listas eleitorais, especialmente em posições de liderança e como cabeças de listas nos dois países. Ainda que tenham sido preponderantes durante a luta pelas duas independências conduzida pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, as eleições multipartidárias não lhes garantiram posições de liderança. Na Guiné-Bissau, a candidatura de Antonieta Rosa Gomes à Presidência da República destacou-se como uma das poucas expressões da participação das mulheres no pleito, mostrando que abertura democrática não se traduziu, necessariamente, em maior inclusão das mulheres nos espaços de poder e decisão.

Para desenvolver essa discussão, dialogamos com teorias feministas e críticas, usando autoras como Simone Beauvoir, Ângela Davis, Nancy Fraser, Heleieth Saffioti, Oyèrónké Oyěwùmí entre outras, articulando debates sobre gênero, poder, patriarcado, representação política e memória histórica. Ademais este trabalho pretende contribuir para a valorização das trajetórias das mulheres guineenses e caboverdianas, destacando suas contribuições na luta de libertação e problematizando os mecanismos históricos de apagamento e exclusão feminina na política. Portanto esta pesquisa busca dar visibilidade a essas experiencias femininas, muitas

vezes apagadas das narrativas oficiais, e refletir sobre os limites e possiblidades da inclusão das mulheres nos espaços formais do poder político, evidenciando os desafios das desigualdades de gênero na construção democrática de Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Para análise da pesquisa, foi definido o recorte temporal histórico entre 1991 e 1994. O ano de 1991 justifica-se por ser a gênese das primeiras eleições multipartidárias em Cabo Verde, cujas participações das mulheres eram bastantes limitadas, refletindo tanto fatores estruturais quanto culturais. Já no que tange ao ano 1994 corresponde as realizações das primeiras eleições multipartidárias na Guiné-Bissau. Constituindo igualmente um marco no processo de democratização no país. No Contexto da Guiné-Bissau não foi diferente apesar das suas contribuições na luta armada e para construção do estado nos pós independência, suas presenças nas disputas eleitorais e nos cargos de representação política permaneceu reduzida, demostrando a persistência de desigualdades do gênero na esfera política.

2 PROBLEMA DA PESQUISA

Apesar da pouca visibilidade sobre os seus papéis e contribuições, as mulheres tiveram papel muito preponderante no processo da autodeterminação dos povos da Guiné Bissau e Cabo Verde na luta pela independência contra o colonialismo português. Entretanto, antes do golpe de estado que põe fim à unidade dos dois países e das primeiras eleições multipartidárias, as mulheres ocupavam dois lugares de destaque nos comitês das aldeias chamados zonas libertadas sob a direção do Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Diante disso, o problema desta pesquisa busca responder à seguinte pergunta: Como explicamos a invisibilização das mulheres que tiveram protagonismo político na luta armada pela independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde quando nas primeiras eleições multipartidárias em 1991 e em 1994?

3 JUSTIFICATIVA

A escolha deste projeto de pesquisa justifica-se devido a um grande interesse pessoal e na necessidade de compreender o processo da participação das mulheres nas primeiras eleições multipartidárias na Guiné-Bissau e Cabo Verde de 1991- 1994. E também um compromisso de reconhecer e dar visibilidade as histórias de mulheres que, apesar de terem estado a frente na

luta de libertação pela independência dos dois países elas continuam sendo invisibilizadas, subestimadas e pouco se fala sobre suas contribuições, meu objetivo é investigar e resgatar as histórias e trajetórias das mulheres que tiveram protagonismo histórica, mas que foram marginalizadas e invisibilizadas nas estruturas partidárias após a independência. Por isso interessa-me pesquisar esta temática para resgatar as memorias, trajetórias e processo histórico das mulheres que deram os contributos na libertação dos dois países.

Quanto à relevância acadêmica, acredito que este projeto de pesquisa não é só importante para mim, todavia sim, poderá servir de suporte para as futuras pesquisadoras e futuros pesquisadores no campo acadêmico no sentido de desfrutarem-se do mesmo, quando os seus interesses dialogarem com esta temática mulheres na política entre luta armada e as primeiras eleições multipartidárias em Guiné-Bissau e Cabo Verde. Por outro lado, este trabalho constituirá num embasamento teórico para uma reflexão em torno do tema, ao analisar as histórias das mulheres que tiveram papéis de relevância na luta armada, mas que foram invisibilizadas e essa pesquisa busca convidar a classe acadêmica guineense e cabo-verdiana a conhecer as contribuições que as mulheres desempenharam ao longo do processo da luta de libertação dos dois países.

No que tange a esfera política e social, este projeto permitirá à classe política da Guiné-Bissau e Cabo Verde compreenderam que são necessárias as mulheres na política, sobretudo nas tomadas de decisões, e face aos atuais desafios que se colocam os dois países no processo do desenvolvimento tão almejados. Este trabalho também é uma reflexão sobre os desafios ainda presentes na estabilização da igualdade de gênero nos nossos países, porque mesmo desempenhando papeis importantes na luta de libertação, as mulheres continuam sendo subestimadas, deixadas de lado quando se trata de sua participação na política.

Portanto, analisar esse processo de invisiblizacao, desde um acumulo teórico das teorias criticas e feministas, combinado com um resgate histórico e biográfico, nos permite resgatar memórias das mulheres que tiveram protagonismo político na luta de libertação, mas que estão sendo esquecidas. Assim, essa pesquisa busca auxiliar para o debate sobre representatividade e igualdade, bem como sobre o papel das mulheres na política.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o processo de invisibilização das mulheres que tiveram protagonismo político na luta armada de Guiné-Bissau e Cabo Verde, visando compreender esse fenômeno quando de sua participação política nas primeiras eleições multipartidárias realizadas entre 1991-1994.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

,

- ✓ Investigar o papel desempenhado pelas mulheres durante a luta pela libertação nacional dos dois países;
- ✓ Observar como foi a participação feminina nas estruturas partidárias e nos processos eleitorais de 1991-1994;
- ✓ Resgatar histórias e trajetórias das mulheres que tiveram um protagonismo politico na luta de libertação nacional dos dois países;
- ✓ Compreender, desde um referencial teórico crítico e feminista, de que maneira os fatores econômicos, sociais e culturais condicionam a participação das mulheres nas primeiras eleições de Guiné-Bissau e Cabo Verde.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

A história do movimento feminista inicialmente estava mais voltada para a luta de direitos políticos das mulheres, que só foram conquistados em 1918 na Inglaterra e estenderam-se para os outros países, no continente africano apenas nos meados pós-colonização, sobretudo nos anos 1990. [1]Nos finais da década de 1960 teve como marco chamada a segunda onda do movimento feminista, para além de reivindicar os seus direitos iguais aos homens, passaram a construir de forma mais sistemática as teorias feministas. Uma das mais conhecidas nesta época

[1] Nos finais da década de 1960, a chamada segunda onda do movimento feminista ganhou força ao ampliar as reivindicações das mulheres para além da igualdade jurídica e do direito ao voto. Passando a questionar estruturais sociais e históricas que mantinham as desigualdades entre homens e mulheres. Esse movimento contribui para a construção mais sistemática das teorias feministas e para o desenvolvimento da categoria de gênero como instrumento de analise social. Nesse cenário destacou-se a obra previa da filosofa francesa Simone de Beauvoir, autora da obra o Segundo Sexo, na qual afirma que a condição feminina não é natural, mas construída socialmente e culturalmente ao longo da história. No mesmo sentido o feminismo negro também revelou, que as experiencias das mulheres não são universais demostrando que fatores como raça, classe e colonialismo produzem diferentes formas de opressão e desigualdade.

foi a filosofa francesa Simone Beauvoir, com a sua famosa obra intitulada *O Segundo Sexo*. Um dos conceitos abordados por este movimento feminino um pouco adiante é a categoria do gênero que passou a ser pensada como instrumento de análise para entender as diferenças hierárquicas entre mulheres e homens e como para desnaturalizar os próprios gêneros.

Quando Simone de Beauvoir afirmava que, "não se nasce mulher, torna-se mulher", na nossa percepção a filosofa não está a negar a existência dos bebes do sexo feminino, aliás no início da própria obra fala como os bebes que nascem do sexo biológico masculino e feminino são iguais, pois segundo ela, é que não há uma existência da essência da mulher. Que papel e identificação de uma pessoa como mulher em sociedade é construída socialmente e culturalmente. Segundo Sonza Andrea Paletto (2018, p. 17),

> o conceito de gênero não ingressou no feminismo sem um intenso campo de debates e controvérsias que, a rigor, persistem até hoje. Algumas feministas alegavam, e ainda alegam, que a categoria gênero invisibiliza a categoria mulher. De todo o modo, gênero não é nunca sinônimo de mulher, pois tanto homens quanto mulheres possuem gênero.

Entretanto, vale destacar que este movimento feminista não contemplava nas suas pautas as mulheres negras, conforme Sueli Carneiro (2011) destaca que, enquanto as mulheres brancas lutavam pelo direito de ir à rua, por exemplo, as mulheres negras já estavam presentes nesses espaços havia muito tempo, mas para trabalhar.

Ao longo da história, a exclusão das mulheres sempre foi fundamentada através da arquitetura conceitual, que dividiu a vida social em dois blocos, dentre quais a pública conectada ao Estado, cidadania e justiça, espaço onde os homens atuam. Já a privada onde é associada exclusivamente às mulheres. Conforme Flávia Biroli, "em concepções duais que contrapõem o público, como esfera da justiça e da cidadania, ao privado, como esfera dos afetos e particularidades, as mulheres têm sido excluídas e marginalizadas" (Biroli, 2017, p. 194). Esta dualidade relativamente ao público e o privado impede a compreensão de que as relações de gênero perpassam todas as esferas da vida, constituindo assim possibilidades e produzindo identidades.

A formação histórica desta dualidade é percebida como fator fundamental na redefinição das relações de poder e das instituições, a compreensão dos seus efeitos é significativamente limitada pela desconsideração da perspectiva de gênero. As esferas públicas e privadas figuram como fronteiras sendo cada vez mais preparadas, sobretudo para uma nova percepção de individualidade e das relações. Segundo análise de Nancy Fraser no seu artigo intitulado "*O Feminismo, o Capitalismo e a Astúcia da História"*, trouxe como questionamento

radical ao capitalismo organizado por Estado no pós-guerra, uma formação social na qual os estados exerceram um papel ativo em conduzir as suas economias nacionais. A origem da segunda onda do feminismo residiu numa visão multifacetada que ampliou o conceito de justiça, desafiando assim os pilares da cultura política desta época. O movimento rejeitou a visão de que a justiça se limitava a distribuição da renda. Para Fraser

> as feministas da segunda onda se uniram a outros movimentos emancipatórios para romper o imaginário restritivo e economicista do capitalismo organizado pelo Estado. Politizando o pessoal", elas expandiram o significado de justiça, reinterpretando como injustiças desigualdades sociais que tinham sido negligenciadas, toleradas ou racionalizadas desde tempos imemoráveis. Rejeitando tanto o foco exclusivo do Marxismo na economia política quanto o foco exclusivo do liberalismo na lei, elas desvendaram injustiças localizadas em outros lugares – na família e em tradições culturais, na sociedade civil e na vida cotidiana. Ainda, as feministas da segunda onda ampliaram o número de eixos que poderiam abrigar a injustiça (Fraser, 2009, p. 18)

Entretanto a rejeição das premissas de classes, fez com que as mulheres negras, anti-imperialistas e socialistas se opusessem aos esforços das feministas radicais em manter o gênero naquela mesma posição de privilégio categorial que se encontrava. Não manter foco apenas no gênero, também na classe, na raça, na sexualidade e na nacionalidade, elas foram precursoras de uma alternativa "interseccional" que é predominantemente aceita hoje. Perante as críticas, feministas da segunda onda ampliaram o campo de ação, com isso substitui a visão da justiça por uma compreensão tridimensional mais ampla, abrangendo economia, cultura e política.

O movimento feminista da chamada segunda onda debateu sobre como melhor caracterizar a totalidade social, de acordo com Fraser, se conforme:

> O "patriarcado", como uma amálgama de "sistemas duais" do capitalismo e patriarcado, como um sistema imperialista mundial, ou, em minha própria visão preferida, como uma forma historicamente específica, a sociedade capitalista organizada pelo Estado de forma androcêntrica, estruturada por três ordens inter-relacionadas de subordinação: (má) distribuição, (falta de) reconhecimento e (falta de) representação (Fraser, 2009, p. 18)

No entanto, apesar de tais diferenças, feministas da segunda onda na sua maioria concordaram que superar a subordinação das mulheres requeria transformar radicalmente as estruturas profundas da totalidade social, com exceção das feministas liberais. Este compromisso comum para a transformação sistêmica denotava as origens do movimento no mais geral fermento emancipatório dos tempos.

A obra da ativista e feminista negra estadunidense Ângela Davis, "*Mulheres, Raça e Classe"* deu-nos a ideia de que as opressões sobre as mulheres negras só podem ser

compreendidas apenas por meio do prisma do sexismo, todavia sim como resultado da sua condição histórica e racial. Segundo Davis, "o sistema da escravatura define os escravos como bens móveis. As mulheres eram olhadas não menos que os homens, eram vistas como unidades rentáveis de trabalho, elas não tinham distinção de género na medida das preocupações dos donos de escravos" (Davis, 1982, p. 10). Na nossa percepção esta opressão de sistema de escravatura formou bases com intuito para uma nova natureza feminina elementos que nos oprimem na condição sexista de objeto sexual dentro da comunidade escrava. Ao paradoxo, da ideologia da mulher branca de XIX os papéis de mães cuidadoras, companheiras dóceis e donas de casas para os seus maridos, as mulheres negras emergiram como trabalhadoras fortes e resilientes.

O mais importante não é se vamos reivindicar a categoria do patriarcado ou se vamos reivindicar o debate do gênero, o que estamos fazendo é tentar demostrar que o nosso debate é histórico e cultural, tentando compreender essas diferenças não de uma perspectiva binaria homem versus mulher ou que desde sempre homem tem mais privilegio, desconstruir isso é colocar na perspectiva que ela é histórica e cultural, tentando entender como essas desigualdades se manifestam. A autora Heleieth Saffioti no seu trabalho *gênero e patriarcado. Violência contra mulheres*, nos mostra que

> Para a ordem patriarcal de gênero, é importante socializar as mulheres na ambiguidade. Como elas são, potencialmente, todas presas, e os homens, os caçadores, o jogo da conquista acaba por se tornar fundamental no seio do quero, mas não quero, do estou a fim, mas não estou, enfim, não sou tão fácil assim, exijo ser conquistada (Saffioti, 2004, p. 48)

E ela ainda acrescenta que "No campo do gênero, os homens como categoria social têm liberdade quase absoluta, desfrutam de autonomia, conceito político, coletivo, cujo significado é não necessitar pedir licença à outra categoria de sexo para realizar seus projetos, seus desejos." (Saffioti, 2004, p. 50). Isso nos faz refletir que no campo das relações do gênero os homens desfrutam de uma autonomia quase absoluta e que não precisam pedir licença para a segunda categoria que são as mulheres para realização dos seus projetos, enquanto que a segunda categoria que são as mulheres precisam pedir licença para quase tudo. Essa condição não é natural, mas resultado de uma construção social sustentada pelo patriarcado.

Essa ideia é aprofundada por Carole Pateman na sua obra *Contrato sexual* ao afirmar que "a liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendida sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato." (Pateman, 1993, p.

16-17). Isso significa que a autonomia masculina destacada por Saffioti não é apenas um privilegio social isolado, mas resultado de uma estrutura política que cria o direito dos homens sobre as mulheres.

Nesse sentido, o contato sexual assegura aos homens não apenas liberdade, mas também "um acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres." (Pateman, 1993, p. 17), demonstrando que essa autonomia masculina está diretamente ligada à subordinação feminina. Relacionando a ideia de Saffioti assim como Peteman, podemos compreender que a liberdade masculina longe de ser universal ou neutra, é construída e mantida por um sistema patriarcal que transforma sujeição das mulheres em condição necessária dessa própria liberdade.

Não é por acaso que trazemos este contexto, mas vamos olhar para nossa realidade que é Guiné-Bissau e Cabo Verde, mas tentando entender para além das particularidades desses dois espaços, o que há de elementos que compõem a sociabilidade posta. Que não tem só a ver com elementos culturais e históricos, mas sim com a forma de entender o modelo de sociedade que a gente vive. E essas desigualdades não são exclusivas de Guiné-Bissau e Cabo verde, são mundiais de diferentes maneiras elas são vivenciadas, mas vamos olhar a partir do pressuposto de que nós estamos falando de um problema com suas particularidades, mas que não é localizado e isolado.

5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE

Antes de desenvolvermos as discussões do nosso trabalho, gostaríamos de apresentar a contextualização histórica dos dois países em estudo, Cabo-Verde e Guiné-Bissau. Segundo Semedo (2009) a história da união destes países deu-se desde início da chamada época de descobrimento a invasão dos países europeus no continente africano, em especial de Portugal na África Ocidental. No entanto, limitamos a nossa análise no período de século XX, com processo de unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, que vai a partir do surgimento do PAIGC, em consequência do processo de luta que este Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde desenvolveu para a autodeterminação dos dois povos. Esta fase iniciou a ser arquitetada pelos portugueses nos meados da colonização, quando começaram a levar habitantes da costa ocidental africana para o arquipélago de Cabo Verde. Conforme Rui Jorge Semedo (2009, p. 51),

> sabe-se que até 1879, de acordo com a Carta de Lei de 18 de março, a Guiné administrativamente, estava vinculada às orientações do administrador provincial de Cabo Verde. No entanto, não podemos afirmar que o princípio da

> unidade iniciada pela colonização fosse igual àquela que o PAIGC depois tentava construir. Isso porque, a unidade no primeiro momento além de não ter uma base ideológica real, centrava-se mais na união orgânica formal tendo como prioridade o aspecto físico-comercial, devido aos interesses econômicos que Portugal tinha na região. E, no entanto, não se pode dizer que Amílcar Cabral ao fundar o PAIGC em setembro de 1956 não levou em consideração o processo histórico e cultural dos dois povos. É óbvio que levou isso em consideração, porque, aliás, ele é o resultado da "unidade" iniciada pela colonização, e depois, apenas atribuiu à nova unidade.

De acordo com a citação de Semedo, no nosso entender a unidade estava além da relação económica e histórica, mas sim fundamentava-se na construção de uma consciência coletiva, para Manuel Santos (1989, p. 193),

> As transformações sociopolíticas do continente africano e do mundo em geral, abriram uma perspectiva importantíssima no processo da unidade das populações de Guiné-Bissau e de Cabo Verde, e o PAIGC como sendo catalisador decisivo na tentativa de abolir as barreiras sociais até então existentes entre as duas nações.

Neste caso, em termos de análises, é importante ressaltar três aspectos que achamos relevantes nesse desenho institucional do processo de construção do Estado binacional entre Guiné-Bissau e Cabo Verde, conforme Semedo (2009, p. 52),

> O primeiro a ser considerado é a realidade físico-geográfica de Cabo Verde, que não era propícia ao tipo de resistência ao colonizador, idealizada pelo PAIGC, tendo em consideração que, além de ser um conjunto de 10 pequenas ilhas, é uma região árida,isoladano meio do Atlântico a algumas milhas do continente; o segundo aspecto é a relação histórica pré-existente entre os dois povos e também a necessidade de fazer da união a força para enfrentar o inimigo comum com os mesmos desejos; e, por último, o terceiro era a dificuldade de conduzir uma mobilização bem-sucedida nas ilhas, pois o estatuto diferenciado de que gozavam os cabo-verdianos eram entrave aos propósitos do PAIGC para que a mobilização pudesse ter sucessos.

Princípio da unidade entre Cabo-Verde e Guiné-Bissau tinha como fundamento as relações históricas porque o povo cabo-verdiano é resultado dum processo escravidão em que os povos da África do Oeste, particularmente da Guiné-Bissau, eram brutalmente tirados das suas terras para escravização nas Américas. Cabo-Verde era o ponto estratégico para transportação dos escravizados, nos quais, alguns fugiam e outros eram deixados em Cabo-Verde para servir os portugueses, residentes naquele território.

Amílcar Cabral sendo um dos principais protagonistas pela emancipação e união dos dois povos amparou nas linhagens intrínsecas e relações históricas entre o povo cabo-verdiano e povo guineense, para justificar a ideia e práxis da unidade binacional entre os dois países e possibilitar uma única luta contra o colonialismo português. Cabral partiu do pressuposto de que apenas com a unidade africana é que o povo africano teria capacidade e bases para erradicar

o colonialismo no continente africano (Jean da Silva Empalá e Artemisa Odila Candé Monteiro, 2020). Segundo Fernandes (2007, p. 52), no processo da construção da Unidade Guiné e Cabo Verde o P.A.I.G.C,

> Propunha duas etapas: a primeira tinha por objetivo, a conquista da independência nos dois países e a segunda a união orgânica dos mesmos. Para galvanizar as forças vivas contra o colonialismo, o P.A.I.G.C, tornou-se o principal instrumento de luta, e adoptou como divisa a "unidade e luta," para a independência da Guiné e Cabo verde.

Entretanto, a ideia do projeto do Estado binacional desenhado por Amílcar Cabral não se cumpriu apesar do otimismo no início da luta desde princípio de casamento entre Cabo-Verde e Guiné Bissau houve contestações tanto por parte dos guineenses quanto por cabo-verdianos. Uma das causas da separação dos dois países tem a ver com reconhecimento de Amílcar Cabral como guineense, conforme Candé Monteiro (2013, p. 64), "na configuração social Bissau-guineense, Cabral carecia dos atributos étnicos que lhe identificavam como Bissau-guineense. Pois, era o filho de cabo-verdianos que nasceu em Guiné-Bissau".

E outra causa após conquista da independência, a ausência de debate e falta de propostas para resolução dos conflitos dentro do PAIGC quanto em Cabo-Verde e na Guiné-Bissau agudizou as "divergências num protagonismo excessivo das duas partes. As relações começaram a degradar-se, de forma acelerada, depois de II Congresso do PAIGC. A emancipação total dos dois países criou novas condições e problemas. A ala cabo-verdiana, na sua maioria, foi para Cabo-Verde formar a base do partido e erguer o Estado cabo-verdiano" (Empala, Monteiro, 2020, p. 205-206).

Conflito interno no seio do Partido e posteriormente servia de fundamento do golpe de 14 de novembro de 1980 que põe fim princípio da unidade Guiné Cabo Verde, destituiu o primeiro presidente da república de Guine- Bissau, Luís de Almeida Cabral meio irmão de Amílcar Cabral que assumiu o cargo de presidente de republica desde proclamação da independência unilateral em 1973. Segundo a justificativa de João Bernardo Vieira líder dos golpistas intitulado Movimento Reajustador através da missiva que endereçou ao Secretário-geral do PAIGC, Aristides Pereira escolhido após assassinato de Cabral, Vieira afirma que:

> Nossa ação do passado dia 14 de novembro, realçamos a degradante situação económico-social do país, o desvio da linha ideológica do Partido, consubstanciado na progressiva eliminação dos princípios do centralismo democrático, no combate duro à aplicação do princípio de crítica e autocrítica, na deturpação do Princípio da Unidade Guiné-Cabo Verde, e na introdução do divisionismo no seio dos militantes, responsáveis e dirigentes" (Antero da Conceição Monteiro Fernandes, 2007, p. 93)

Segundo Empala e Monteiro (2020), as tensões políticas, administrativas e identitárias acumuladas após a independência culminaram no movimento reajustador de 14 de novembro de 1980, evento que marcou a ruptura definitiva do projeto da unidade entre Guiné-Bissau e Cabo Verde.

5.2 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE

Ao longo do processo da descolonização do continente africano, especialmente na Guiné-Bissau e Cabo Verde as mulheres desempenharam papel preponderante na luta pela independência dos dois países e suas participações foram essências para a libertação desses territórios ocupados pelos invasores portugueses, apesar da invisibilização histórica, e historiográfica, muitas mulheres destacaram-se como anónimas, como combatentes e intelectuais na resistência à opressão colonial portuguesa. Conforme destaca Patrícia Godinho Gomes (2021, p. 82),

> As mulheres participaram, partindo da compreensão de que a libertação não seria bem-sucedida sem o aporte de uma parte significativa da sociedade, constituída elas mesmas, sendo que, na visão do movimento de libertação, a sua emancipação dependia da construção de uma autoconsciência sobre a própria condição de subalternidade e da procura de estratégias de negociação do poder.

Nos seus discursos Cabral sempre enaltece o papel desempenhado pelas mulheres no processo da descolonização e no processo de construção nacional. O sucesso de qualquer tipo de transformação social, segundo Amílcar Cabral, consistia “em constatar de que forma a mulher participa no mais amplo processo de libertação da sociedade [...]. A nossa revolução nunca será vitoriosa se não conseguirmos a plena participação das mulheres” (Cabral, 1976, p. 16).

A emancipação feminina foi tema de debate político no seio do PAIGC e abordado. Cabral faz referência ao problema dos casamentos forçados e para a necessidade de educar as meninas como forma de as autonomizar e de torná-las livres, reivindicando sua participação política ativa. Cabral não hesitava em afirmar que a liberdade e a soberania da população dependiam da participação política das mulheres: “Nós queremos que o nosso povo se levante, avance; e se queremos que o nosso povo se levante, não são só os homens porque as mulheres também são o nosso povo” (Cabral, 1974, p. 195).

Lider do PAIGC foi ainda mais enfático no discurso proferido no quadro da comemoração do dia internacional das mulheres 8 de março em 1968, realizado na Guiné Conacri, na unidade da escola piloto, onde afirma:

> Devemos honrar as mulheres, respeitar as mulheres, amá-las no mais puro sentido da palavra. E acrescentou: queremos que as nossas irmãs sejam iguais a nós, queremos que as nossas filhas não sejam escravas de ninguém, não sofram abusos de ninguém. Parece-me ser justo que os maridos, os pais, os irmãos e os filhos desejem isso para as esposas, filhas, irmãs ou mães (Cabral, 2018, p. 106-107)

A inserção das mulheres no processo da luta de libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde sinaliza a emancipação política, contribuindo assim para uma grande revolução nacional. Vale ressaltar que o discurso de Cabral, tanto pela sua retórica enfática quanto pelo seu significado histórico, sempre legitimou as mulheres guineenses e cabo-verdianas quebrando os muros de preconceitos materializados por meio do comportamento cultural, ao tempo que pregou a dignificação da mulher na sociedade patriarcal, abrindo novos caminhos que possibilitam a contribuição da mulher no desenvolvimento socioeconômico e político na Guiné-Bissau e Cabo Verde. Entretanto, é o próprio Cabral que adverte as mulheres têm dois colonialismos a vencer: o dos portugueses e o dos homens (Cande Monteiro, 2013).

Para comissária política na frente sul, Carmem Pereira, uma das figuras de destaque e ativa na participação feminina no processo de luta pela independência foi imprescindível no desenvolvimento da luta de libertação; no entanto, atingiu seu nível máximo depois do Congresso de Cassacá, cuja resolução abrangia a proteção das mulheres, equiparando os direitos de igualdade com os homens, tanto na família quanto no trabalho e nas atividades políticas, cessando todas as formas de abusos e opressões antes existentes (Cande Monteiro, 2013).

A criação da União Democrática das Mulheres da Guiné na Conacri (Guiné-Conacri), em 1961, segundo Patrícia Godinho Gomes (2013), cuja finalidade foi a consciencialização e a preparação política e ideológica das mulheres e estabelecer cooperação diplomática com organizações internacionais. Segundo. Carmem Pereira:

> A UDEMU tinha como principal tarefa nesta fase histórica a mobilização das mulheres para um melhor enquadramento no processo de luta. Esse enquadramento propunha-se não só preparar as mulheres para saberem reagir contra o colonialismo, mas também contra todas as atitudes atentatórias à dignidade da mulher e contra as diretivas do PAIGC nesse campo (Gomes, 2013, p. 120)

No entanto, Apesar dos esforços iniciais da UDEMU, a organização enfrentou dificuldades em conscientizar as mulheres sobre a importância da luta pelos seus direitos como

parte essencial da emancipação da sociedade guineense. De acordo com Gomes (2021 *apud* Ly, 2015, p. 364):

> A UDEMU não foi capaz de tornar efetivos os objetivos definidos pelo PAIGC em termos da emancipação das mulheres, não conseguiu pôr em prática a agenda das mulheres sobre seus direitos nem tampouco obteve o apoio necessário do movimento de libertação para a concretização desses objetivos – em primeira instância a luta contra a subjugação das mulheres e contra os casamentos precoces.

Durante a luta pela libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde o PAIGC sob liderança de Amílcar Cabral aplicava uma quota de paridade na constituição dos Comitês de Tabancas. Nesta época, as mulheres partilhavam de forma equitativa na elaboração de políticas de lutas e da gestão de dois terços das regiões designadas libertadas. Conforme Cabral,

> O PAIGC tem procurado colocar mulheres em cada Comité do Partido, na tabanca. Num Comité de 5 pessoas, 3 são homens e 2 são mulheres, mas se for de 3 pessoas, uma terá de ser mulher, é o que exigem os nossos. Regulamentos. É também assim, obrigatoriamente, nos grupos de colabora dores dos Comités de Zona. Nesta matéria devemos evitar dois erros. Um é recusar que a mulher participe nos órgãos de direção do Partido. Outro é colocá-la nesses órgãos só por ser mulher. Isso não serve, seria só para fingir (Cabral, 2018, p. 110)

Para participar nos órgãos do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde as mulheres mostraram a sua capacidade e o seu valor, tal como se exige dos homens. Contudo, desde os tempos antigos, os homens têm tido maiores oportunidades de ir à escola, de aprenderem mais. Por isso, aparecem mais homens do que mulheres nos órgãos de direção do PAIGC. A presença das figuras femininas incontornáveis na luta pela independência dos dois países mulheres nos nossos comités inter-regionais não foi por favor.

A Comissário Político Principal do Sul, pelo seu próprio valor, pela sua capacidade é uma mulher, Carmen Pereira. Não é nenhum favor. Tal como a figura principal feminina Titina Silá no Comité Inter-Regional do Norte, pelo seu valor, pela sua capacidade. Estes órgãos sociais do partido serviram da base para realização das primeiras eleições em 1972, com vista à proclamação da Independência do país por via unilateral, em setembro de 1973.

De acordo com investigação cientifica feita pela Patrícia Godinho Gomes no qual conduziu entrevistas as figuras femininas destacadas e ativas a narrativa oficial e opiniões das entrevistadas, foi o primeiro momento em que as mulheres das áreas libertadas da Guiné exerciam, de forma responsável, a própria cidadania e escolhiam os seus representantes políticos. Foi o caso de Ana Maria Gomes Soares, uma antiga combatente. A propósito das primeiras eleições e da criação da Assembleia Nacional Popular, ela afirmou:

> Na primeira legislatura da ANP (1973-1976), fui escolhida (lá no mato) como deputada, mas acabei por não entrar porque estava grávida e não foi possível. Foi por essa razão que acabei por não assistir à proclamação do Estado em Madina de Boé (sul do país). Fui até Boké, mas não segui... houve um acidente e vários deputados tinham morrido no caminho [...]. O Partido propunha as pessoas para serem deputados pelas diversas regiões, com o conhecimento das populações. Quando saímos do mato, ainda cheguei a ser responsável política do Setor de Nhacra e conselheira no Setor Autónomo de Bissau-SAB. Depois o Partido colocou-me como Comissária Política no Hospital Simão Mendes. Isso em 1974. Eu cheguei a Bissau em junho de 1973 [...] (Gomes, 2021, p. 92)

Com base nestas declarações deu-nos uma compreensão como a construção de uma consciência política formada uma questão central para a emancipação feminina e dependia de como as próprias mulheres lidavam com o poder. Todavia, o que se verificou foi a reprodução de uma subalternidade nas estruturas políticas: participaram na organização das eleições, votaram e exerceram o direito de cidadania, mas não assumiram a liderança posteriormente. Estas figuras femininas como Ana Maria Gomes Soares participaram ativamente na organização da primeira assembleia constituinte guineense. Como foi o caso da Teodora Inácia Gomes, de Francisca Pereira e de Carmen Pereira, todas estas figuras destacadas militantes do movimento de libertação (Gomes, 2021).

Entretanto, apesar que a luta pela independência dos dois países ocorreu nos territórios da Guiné-Bissau a participação das mulheres cabo-verdianas não foi indiferente, as suas contribuições são pouco visibilizadas historicamente. Segundo Coutinho, "a participação de mulheres cabo-verdianas na luta de libertação nacional, partiu-se da constatação de que a participação da esmagadora maioria das mulheres cabo-verdianas no movimento independentista passou largamente despercebida, sendo normalmente referidos poucos nomes. (Coutinho, 2020, p. 1).

Muitas mulheres atuaram no movimento liderado pelo PAIGC, desempenhando papeis importantes tanto na política assim como sociais. Embora o reconhecimento dessa participação foi limitado e pouco se fala dos nomes das mulheres que tiveram um protagonismo político na luta, o que contribuiu para a construção de uma memória histórica incompleta sobre o papel feminino na luta. O contributo dado por mulheres cabo-verdianas ao movimento independentista levado a cabo pelo PAIGC na luta de libertação conforme afirma Coutinho (2020, p. 6),

> Tem passado largamente despercebido, sendo normalmente referidos poucos nomes: o de Maria da Luz Boal, ou Lilica Boal, professora de História, que foi diretora da Escola-Piloto em Conakry; o de Dulce Almada, que representou o PAIGC na Assembleia-Geral das Nações Unidas em Rabat, em 1962, onde denunciou

> abertamente o colonialismo português, e o de Josefina Chantre, que se juntou à guerrilha na Guiné-Bissau na década de 1970.

A invisibilizacao das mulheres na luta de libertação também pode ser compreendida a partir das dificuldades históricas de reconhecimento das experiencias femininas nas narrativas oficiais. Segundo Oyèrónké Oyěwùmí (2004), muitas interpretações sobre as sociedades africanas foram construídas a partir das categorias externas que nem sempre contemplam as particularidades das relações sociais africanas. Portanto a marginalização das mulheres na histografia africana resulta não apenas na ausência de registros sobre suas atuações, mas também da pouca valorização de suas experiencias e contribuições nos processos históricos.

5.3 PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ESTRUTURAS PARTIDÁRIAS E NOS PROCESSOS ELEITORAIS DE 1991-1994

Participação das mulheres nas primeiras eleições multipartidárias realizadas na Guiné-Bissau-Bissau e Cabo Verde não colocaram pautas de igualdade historicamente defendido pelo PAIGC, mas sim refletiu uma exclusão das mulheres nas listas eleitorais como cabeças de listas foram muito baixas nos dois países. Apesar de terem sido preponderantes durante a luta pelas duas independências conduzido pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, eleições multipartidárias não lhes garantiu posições de liderança. Na Guiné-Bissau o pleito foi marcado com a candidatura Antonieta Rosa Gomes à Presidência da república.

Durante as primeiras eleições multipartidárias de 1994 na Guiné-Bissau, a participação das mulheres na política ainda era bastante limitada, refletindo tanto fatores estruturais quanto culturais. Embora o processo eleitoral tenha representado um avanço formal em termos de democracia, a inclusão feminina nos espaços de poder foi mínima. Segundo Djuairato Djalo

> à inserção das mulheres na política guineense está condicionada pelos partidos políticos, os partidos são meios pelos quais essas mulheres podem chegar ao poder e aos espaços decisórios. Diante disso, as barreiras que os partidos políticos colocam acabam contribuindo na fraca participação feminina na política, (Djalo, 2021, p. 15).

A ausência de políticas afirmativas e a forte predominância de lideranças masculinas dificultaram a eleição de mulheres, tanto como representantes quanto como candidatas competitivas. Como podemos observar, apesar das suas participações na luta de libertação nacional a presença das mulheres não refletiu de forma proporcional no cenário político nas primeiras eleições multipartidária na Guiné-Bissau. Segundo Djata (2023, p. 59),

> Após a libertação, esses espaços conquistados pelas mulheres durante esses processos foram perdidos, sobretudo depois da implementação do Estado-Nação democrático em que a maioria das mulheres foram afastadas e passou a ocorrer a sub-representação nos espaços dos protagonismos e, consequentemente, nas esferas políticas, nos espaços públicos e nas políticas partidárias nas quais as decisões tomadas impactaram as vidas de toda população nacional.

Observamos que a participação das mulheres nas lutas de libertação não foi suficiente para garantir sua permanência nos espaços do poder após a independência, por mais que elas tenham contribuído para a construção nacional, muitas mulheres continuaram excluídas das esferas políticas e dos espaços de decisões, vale ressaltar que

> os critérios usados para a composição das listas não tomam e não observam a componente equilíbrio do género, mas sim outros critérios, nomeadamente: o poder económico e influência na zona (por ter ligações com pessoas influentes, por ser um chefe tradicional, chefe religioso ou ter meios económicos para financiar pequenas iniciativas de jovens e mulheres). Nestas situações os homens são os privilegiados. A par destes critérios há outros julgados importantes, que são o lugar da pessoa dentro da estrutura partidária. (Fala di mindjer, 2018, p. 62).

Os critérios usados para a seleção política muitas das vezes privilegiam os homens que já possuem a influência econômica, social e partidária, limitando a inserção das mulheres nos espaços de poder. Assim a ausência de preocupação com o equilíbrio de gênero, ajuda na continuidade da desigualdade política entre homens e mulheres. Conforme destaca Fala di mindjer (2018, p. 62),

> Outro fator importante somando todas essas valências e mais outras, como o clientelismo, a bajulação, a compra de lugar, as mulheres acabam por estar à margem das listas eleitorais. O que significa que não votadas, porque serão não são candidatas, restando-lhes apenas trabalhar para fazerem eleger os homens aos cargos cimeiros da república. Os auscultados disseram, que quanto maior for as dificuldades na mobilização do eleitorado, maior é a tendência de preterir a mulher a favor do homem que tem mais poder económico para compra de consciência.

Esses critérios demonstram que a participação política feminina continua marcada por desigualdades estruturais, nas quais o poder econômico, a influência social e as relações partidárias favorecem majoritariamente os homens. Dessa forma, muitas mulheres acabam sendo excluídas das listas eleitorais e dos espaços de tomadas de decisão política, ficando em posições secundárias dentro do processo político. Ademais, práticas como clientelismo e compra de votos reforçam ainda mais essa marginalização, dificultando a construção de uma representação política equilibrada e democrática.

Conforme Djata (2023), nas primeiras eleições multipartidárias da Guiné-Bissau, houve a participação feminina na disputa presencial, com a candidatura de Antonieta Rosa Gomes.

Contudo sua atuação política foi marcada por difamações e ataques baseados no fato de ser mulher ocupando um espaço tradicionalmente masculino. Assim, na política as mulheres continuam sendo minorias. No poder legislativo, executivo e judiciário o predomínio masculino ainda é significativa, evidenciando as desigualdades de gênero presentes nas estruturas de tomada de decisão do Estado guineense. Com tabela abaixo podemos observar a disparidade em termos de representação feminina nos assentos parlamentares nas primeiras eleições no Estado guineense.

Tabela 1 - Representação de Mulheres e Homens nas Eleições Legislativas de 1994 na Guiné-Bissau

Categoria	**Número de deputadas(os) eleitas(os)**	**Percentual de cadeiras (%)**
Número total de Mulheres eleitas no parlamento guineense	9	9%
Número total de Homens eleitos no parlamento guineense	91	91%
Total de cadeiras da Assembleia Nacional Popular	100	100%

Fonte: elaboração própria com base nos dados de Té e Candé Monteiro (2024).

Em função disso, Té e Cande Monteiro (2024), apontam que a presença das mulheres no parlamento guineense permaneceu limitada no período pós independência, contribuindo para a manutenção de desigualdade de gênero na política.

Além do mais o direito formal das mulheres de participar na política é reconhecido pela Constituição, a qual fixa que o homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, econômica, social e cultural. Contudo, a participação das mulheres nos espaços de poder foi inferior à dos homens. (Te, Cande Monteiro, 2024, p. 2).

Portanto, embora as mulheres tenham tido um papel fundamental na luta de libertação contra o domínio colonial português, sua participação no período pós independência, especialmente nas primeiras eleições foi limitado e pouco expressiva refletindo num processo de continuidade das desigualdades sociais, de gênero e de sua invisibilizacão na esfera política.

No contexto de Cabo Verde não foi diferente. Apesar das suas contribuições na luta de libertação, observamos o mesmo problema de invisibilizacão nos espaços ou na estrutura social pós-independência por mais que as suas participações nas primeiras eleições foram importantes,

mas ainda bastante limitada em termos de representação política. Segundo Coutinho (2020, p. 1):

> no pós-independência, esta participação tornou-se pouco perceptível e até invisível para a maioria da população a residir em Cabo Verde. Pôs-se a hipótese de que tivesse ocorrido o que Bourdieu (1998) chamou de um trabalho de déshistoricisation, ou seja, de recriação das estruturas sociais de dominação masculina, neste caso, atuando a nível simbólico, ao se construir uma memória da luta de libertação nacional, de certo modo, ocultando a presença destas mulheres.

Essa dominação masculina de certa forma omite a presença das mulheres nos espaços políticos, como ressalta Roselma Évora (2018, p. 64) ainda que,

> a democracia possa ter contribuído por trazer para agenda do país, a questão da representação igualitária para homens e mulheres, nas esferas de decisão e, também, ter proporcionado uma maior visibilidade da participação política das mulheres em cargos de decisão desde a abertura política em 1991; o retrato da representação política por género no arquipélago indica uma profunda desigualdade e evidencia que as mulheres constituem uma minoria nas principais esferas de decisão do país.

Essa afirmação evidencia que, embora a democratização em Cabo Verde tenha ampliado o debate sobre a igualdade de gênero e aumentado a visibilidade politicas das mulheres, ainda permaneçam profundas desigualdades na ocupação dos espaços do poder. Portanto, a democracia trouxe avanços significantes, mas não garantiu uma representação política equilibrada entre homens e mulheres.

Para além disso, Évora (2018, p. 64) ainda ressalta que

> Em Cabo Verde os valores sociais vigentes confirmam uma discriminação estrutural de papéis entre os sexos. O domínio do poder, da decisão e da esfera pública como espaços do homem e o espaço doméstico como domínio da mulher. Essa divisão cultural desigual dos papeis sociais entre os sexos tem depois reflexo no comportamento político entre os géneros e na disponibilidade para a participação política da mulher nas instanciais partidárias, aspeto determinante para o exercício do poder.

No entanto, podemos observar que as desigualdades de gênero em cabo verde não se limitam ao espaço privado, mas influenciam diretamente a participação das mulheres na política. Ao associar historicamente os homens ao poder e a esfera pública, enquanto as mulheres permanecem ligadas ao espaço doméstico, a sociedade acaba por produzir barreiras culturais que dificultam o acesso feminino os espaços de decisão. A baixa representatividade das mulheres nas estruturas partidárias e nos cargos de liderança não ocorre por falta de capacidade, mas por uma construção social que é marcada por relações desiguais de poder.

Segundo Lopes cabo verde também faz parte dos países que assinou a convenção para a eliminação de todas as formas de descriminação contra as mulheres desde 1980. O artigo 7ºb da referida convenção que os Estadas partes tomarão todas as medidas necessárias para eliminar a descriminação da mulher na política garantindo o direito de participação na formulação de políticas governamentais e na execução destas. (Lopes, 2013, p. 9).

Apesar das convenções para eliminar as discriminações na política as mulheres não conseguiram ocupar nem a metade dos assentos parlamentares nas primeiras eleições realizadas em 1991, como podemos observar na tabela abaixo.

Tabela 2 - Representação de Mulheres e Homens nas Eleições Legislativas de 1991 em Cabo Verde

Categoria	Número de deputadas(os) eleitas(os)	Percentual de cadeiras (%)
Número total de Mulheres eleitas no parlamento caboverdiano	3	3%
Número total de Homens eleitos no parlamento caboverdiano	76	76%
Total de cadeiras da Assembleia Nacional Popular	79	79%

Fonte: elaboração própria com base nos dados de Évora (2018).

Segundo Évora Analisando o percentual da presença de mulheres nas esferas de poder nacional e local (Executivo e Legislativo Municipal) fica evidente que as mulheres em Cabo Verde constituem uma minoria nos principais cargos de decisão política. (Evora, 2018, p. 59). Com base no trecho acima mencionada podemos verificar que a invisibilizacão das mulheres nos espaços políticos tanto em Guiné-Bissau quanto em Cabo Verde vem de um problema histórico, estrutural, social e cultural e essa dominação masculina na esfera política. Segundo Bourdieu ele nos mostra que “o universo da política é construído socialmente como algo masculino, o que inibe o surgimento da “ambição política”, ou seja, da vontade de disputar cargos, entre elas” (Bourdieu, 2012, p. 26).

Assim sendo podemos entender que ao longo da história quem ocupou o poder político foi principalmente o homem, ou seja, a imagem e a reprodução do patriarcado onde toda

estrutura se resume na presença masculina nas atividades de poder, criou certa imagem de que o poder político é o lugar dos homens e as mulheres foram socialmente afastadas desse espaço. E com isso podemos ver como isso refletiu nas mulheres que tiveram protagonismo político tanto em Guiné-Bissau quanto em Cabo Verde, mas que foram totalmente invisibilizadas historicamente.

6 METODOLOGIA

Para a elaboração desta pesquisa escolhemos um estudo de natureza qualitativa, desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada na técnica de reconstrução de histórias de vida. A abordagem qualitativa foi escolhida por possibilitar uma compreensão mais aprofundada das experiencias, trajetórias e formas de participação das mulheres no contexto histórico político da luta de libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

A pesquisa bibliográfica consistiu no levantamento e análise de livros, artigos científicos, dissertações, teses e demais produções acadêmicas que estão relacionadas à participação política das mulheres, na luta de libertação nacional, as relações de gênero e as dinâmicas sociais, culturais e históricas da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Segundo Antônio Carlos Gil (2002), a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador aprofundar o conhecimento acerca do tema a partir de matérias já elaborados.

Já a pesquisa documental de acordo com o Gil vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (Gil, 2002, p. 45), para nossa pesquisa documental utilizaremos documentos históricos, discursos políticos, relatórios, arquivos institucionais e outras fontes relacionadas ao processo de luta de libertação e ao período de pós independência nos dois países. Esse tipo de pesquisa possibilita o acesso a informações históricas e sociais importantes para a compreensão do objeto estudado.

A técnica de reconstrução de histórias de vida será utilizada como instrumento metodológico central da pesquisa. Essa abordagem busca compreender as experiencias individuais em articulações com os contextos sociais, culturais e históricos mais amplos. Segundo Haike Roselane Kleber Silva (2002), as histórias de vida permitem analisar trajetórias pessoais como parte dos processos coletivos e históricos, contribuindo para a valorização de sujeitos frequentemente invisibilizados nas narrativas oficiais. Portanto os dados coletados serão analisados por meio de interpretação qualitativa buscando estabelecer relações entre as

experiencias das mulheres que tiveram um protagonismo político, mas que foram marginalizadas nos contextos históricos, nas estruturas sociais e políticas presentes no período da luta de libertação e nas primeiras eleições nos dois países. Isso se dará por meio da escolha de algumas mulheres que consideramos serem referências políticas no período histórico analisado nos dois países. A partir daí, faremos uma busca documental e bibliográfica rigorosa, com a finalidade de reconstruir suas biografias e entender sua relevância e, ao mesmo tempo, seu silenciamento.

Portanto Essa analise fundamenta-se em perspectivas críticas sobre o gênero, poder e colonialismo, permitindo uma reflexão acerca da participação feminina na construção histórica e política da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

7 CRONOGRAMA

Atividades	**I semestre**				**II semestre**				**III semestre**			
	1	**2**	**3**	**4**	**1**	**2**	**3**	**4**	**1**	**2**	**3**	**4**
Criação de plano de trabalho	xx	xx	xx	xx								
Revisão bibliográfica	xx	xx	xx	xx								
Coleta de dados					xx	xx	xx					
Análise dos dados							xx	xx				
Redação do trabalho									xx	xx	xx	
Revisão final e apresentação											xx	xx

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos.** Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, [s.d.]. v. 1

BIROLI, Flávia. **Teorias feministas da política, empiria e normatividade**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 102, p. 173-210, 2017. DOI: 10.1590/0102-173210/102.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CABRAL, Amílcar. **PAIGC** – Unidade e Luta. Lisboa: Nova Aurora, 1974.

CABRAL, Amílcar**. Partir da realidade da nossa terra**: ser realistas. ANDRADE, Mário de (Coord.). Obras escolhidas de Amílcar Cabral. v. I: A arma da teoria. Lisboa: Seara Nova,1976. p. 147. 35 Id., p. 148.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Geledés, 6 março de 2011

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. Guiné-Bissau: **da luta armada à construção do estado nacional:** conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Bahia, Salvador,2013.

COUTINHO, Ângela Sofia Benoliel**. Militantes invisíveis: as cabo-verdianas e o movimento independentista (1956-1974).** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 1, e68316, 2020. DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n168316.

DAVIS, Ângela. **Mulher, raça e classe**. Tradução livre. Plataforma Gueto, 2013.

DJATA, Bininba**. Desigualdade de gênero na política da Guiné-Bissau: um estudo a partir das narrativas das mulheres. 2023**. 103 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2023.

DJALO, Djuairato. **Participação feminina na política da Guiné-Bissau: desafios e perspectivas**. Redenção: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), 2021, p.15.

EMPALÁ, Jean da Silva; MONTEIRO, Artemisa Odila Candé**. Guiné-Bissau e Cabo Verde: perspectiva da unidade e ruptura binacional (1956-1980)**. AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos, v. 4, n. 4, p. 200-213, abr. 2020.

FONSECA, Luís e PIRES, Oliveira. **A luta criou raízes**. Fundação Amílcar Cabral, 2018.

FERNANDES, Antero da Conceição Monteiro. **Guiné-Bissau e Cabo Verde: da unidade à separação.** 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade do Porto (Portugal).

GOMES, Patrícia Godinho. **Mindjeris di Guiné ka bo mpina, ka bo bur: trajetórias e percepções de mulheres militantes na Guiné-Bissau.** AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos, v. 6, n. 6, p. 81-106, out. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LY, Aliou. Revisiting the Guiné-Bissau liberation struggle war: **PAIGC, UDEMU and. the question of women's emancipation**. Portuguese Journal of Social Sciences, v. 14, n. 3, pp. 361-377, 2015.

LOPES, Arcádio Victor. **A problemática da participação das mulheres nos órgãos de poder político: o caso do parlamento cabo-verdiano**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, 2013

NANCY FRASER. **O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história**. Mediações, Londrina, v. 14, n., p. 11-33, jul./dez. 2009.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké**. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. Tradução de Juliana Araújo Lopes. Dakar: CODESRIA, 2004. Tradução para uso didático.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

ROSELMA ÉVORA. **Representação e comportamento político na perspectiva do género em Cabo Verde**. Journal of Cape Verdean Studies, v. 3, n. 1, p. 58-65, maio 2018.

SAFFIOTI, Heleieth**. Gênero e patriarcado: violência contra mulheres**. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (org.). A mulher brasileira nos espaços público e privado. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 43-59.

SANTOS, Manuel dos. **Guiné-Bissau: a formação da Nação**. In: A Construção da Nação em África: os exemplos de Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), Bissau, 1989, (pp.191-197)

SEMEDO, Rui Jorge da Conceição Gomes. PAIGC: **a face do monopartidarismo na Guiné Bissau (1974 a 1990).** Dissertação (Mestrado em Ciência Política) -Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009

SILVA, Haike Roselane Kleber da**. Considerações e confusões em torno de história oral, história de vida e biografia**. Métis: História & Cultura, Caxias do Sul, v. 1, n. 1, p. 25-38, jan./jun. 2002.

SONZA, Andréa Poletto et al. **Letramento de gênero e sexualidade**: aqui não é um tabu e aí?" (2023).

TÉ, Paulo Anós; MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. **Participação política na Guiné-Bissau: uma análise da presença das mulheres no parlamento (1973-2023)**. Revista Sul-Americana de Ciência Política, Pelotas, v. 10, n. 2, p. 1-24, 2024.

VOZ DI PAZ; Interpeace. **Fala di Mindjer: o papel das mulheres nas esferas de tomada de decisão na Guiné-Bissau.** Bissau: Voz di Paz; Interpeace, 2018.